



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

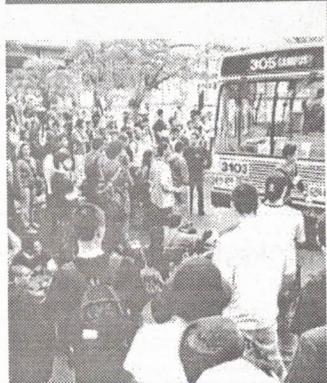
ÓRGÃO BISEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO XVI - Nº 299 - DE 15 A 29 DE MAIO DE 2005 - R\$ 1,50

Balanço do 1º de Maio: as direções submetidas à burguesia e ao governo realizam shows, mas cresce a organização da luta contra o governo do PT/Lula e suas reformas neoliberais.

O imperialismo impõe suas mãos sobre o país: Cúpula com árabes não se opõe ao intervencionismo



Formação da chapa da Oposição Unificada nos professores-SP: Uma rica experiência de luta pelo programa e contra o burocratismo



Estudantes realizam manifestações contra o aumento das passagens e pelo passe livre em todo o país.

Pela estatização de todo o transporte coletivo, sob controle dos trabalhadores e da população

Argentina: as tarefas colocadas para a esquerda

Denúncias

As mãos do imperialismo sobre o Brasil

A presença da secretária do Estado de Bush, Condoleezza Rice, tida como visita, teve dois objetivos claros: retomar as negociações sobre a Alca e exigir do governo PT/Lula mudança de posição frente ao governo da Venezuela, Hugo Chávez. Em ambos os casos, a secretária veio para dar um ultimato ao governo brasileiro. A Alca deve ser reativada imediatamente. O presidente Chávez deve ser isolado e deixado a sua própria sorte.

Sobre a Alca. Os Estados Unidos deixaram assentado que, ou o governo do PT se alia por detrás de sua política comercial, ou sentirá a mão de ferro da maior potência imperialista. O Mercosul se espatifou com a quebra da Argentina, que de "parceira" passou a rival. A esperança de usar o Mercosul para alargar a ponte com a União Européia perdeu o horizonte, tamanho é o protecionismo da burguesia européia e tamanha é sua subordinação aos Estados Unidos. Os canais abertos com os chamados "países em desenvolvimento" – China, Índia, África do Sul – os de baixo desenvolvimento – África, Oriente Médio – não podem ser otimizados em seu raquitismo.

A burguesia brasileira, representada pelas frações mais poderosas, acirra sua oposição à política externa do governo Lula. O Presidente resolveu dizer que a Alca não estava em seus planos. Imediatamente, José Dirceu correu a desmentir Lula e a apresentar a Condoleezza a versão de falha interpretativa.

Sobre a Venezuela. Impressiona a liberdade como a secretária usou o Brasil para atacar Chávez e ameaçar o governo Lula. Os Estados Unidos não permitem que haja sequer um governo nacionalista em qualquer parte do mundo semicolonial. Chaves atinge os interesses norte-americanos e desafia a potência não acatando suas ordens. O movimento dos contra para der-



Protesto dos professores municipais de São Paulo, em 11/05

rubá-lo foi apoiado por Bush.

Se o Presidente da Venezuela quer ter o controle nacional do petróleo e se pretende fazer algumas reformas populares, não é democrático e deve ser liquidado. Se a Venezuela compra armas e rompe os acordos militares com os EUA, porque estão sendo usados para organizar nova investida golpista, então o governo deve ser derrubado. A Venezuela não pode exercer sua autodeterminação. A sua soberania está na razão direta da dependência e submissão aos EUA.

A visita de Condoleezza foi para dizer ao governo PT\Lula que a soberania do Brasil não difere muito da soberania da Venezuela. A democracia para o imperialismo é aquela que serve aos seus ditames. E o governo legítimo é aquele que submete o país ao saque e o povo à miséria.

A ida apressada de José Dirceu para pressionar Chaves a voltar atrás em sua decisão de romper o acordo militar com os EUA mostra bem o gatinho procurando agradar o leão. Devemos dizer não aos imperativos do imperialismo, defender a autodeterminação da Venezuela e rechaçar a subserviência do governo.

1º de Maio Dia do trabalhador é o dia dos explorados

A festa e o festim do 1º de Maio da direção da CUT (Articulação PT) e da Força Sindical (do Paulinho) serviram para discursos da oficialidade governamental - responsável pelo salário mínimo de fome - e para a oposição burocrático-patronal (PTB) projetar os politiquinhos do naipe malufista de Severino Cavalcanti.

A direção sindical apelegada e enfronhada no Estado desnaturou o 1º de Maio. Sobre o desemprego, a miséria e a fome, montou palcos e festejos para pôr trabalhadores e jovens a ouvir a batuta de mentirosos, aproveitadores e velhacos. Esse é um 1º de Maio dos exploradores e esfomeadores do povo.

O 1º de Maio dos explorados não foi noticiado pela grande im-



As rebeliões dos jovens da Febem foram quase diárias em maio. Os governos tratam os adolescentes que cometem crimes como lixo a ser amontoado e escondido do resto da sociedade

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.
Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

prensa. Silêncio total para o Ato e a passeata em defesa da vida dos assalariados e contra a política de reformas neoliberais do governo.

Ano a ano vem crescendo o 1º de Maio que convoca os oprimidos a rechaçar as festanças e festins. Ano a ano cresce a necessidade de elevação da consciência classista e de combate à burocracia que submete as organizações dos trabalhadores ao Estado e aos partidos da burguesia.

As manifestações do 1º de Maio classista demonstraram que somos capazes de lutar pela independência e democracia de quem produz as riquezas do país, padece com a fome e agüenta o parasitismo do capital.

Viva o 1º de Maio classista! Viva o dia dos trabalhadores! Por um 1º de Maio em 2006 mais forte e mais combativo!

1º de Maio no Ceará

Dois atos foram realizados em Fortaleza: o da CUT e o das esquerdas (Conlutas). A burocracia cutista reproduziu o que vem fazendo há tempo – festividade. O das esquerdas pretendeu se diferenciar da posição pelega de apoio ao governo Lula. Mas o Ato no bairro Barra do Ceará demonstrou que a penetração das correntes no movimento social é ainda muito fraca. Procurou-se suprir essa deficiência fazendo o mesmo que a burocracia cutista, vinculada à política do PT – montou-se um show de forró para atrair a população. Mesmo assim o resultado não foi expressivo.

Entendemos que é preciso combater o diversionismo festivo que, no caso das esquerdas, em Fortaleza usa-o para suprir a pouca penetração no seio das massas. Chamou a atenção a pequena presença de operários da construção civil, isto porque o sindicato da construção civil é dirigido pelo PSTU. É sintomático que esse setor operário tão importante estivesse praticamente ausente. Tudo leva-nos a crer que não há um trabalho de base e elevação da organização sindical dos trabalhadores.

O POR participou do Ato antiburocrático distribuindo seu manifesto. O 1º de Maio classista e revolucionário se imporá em contraposição ao 1º de Maio burocrático, festivo e pró-governamental por meio do desenvolvimento da luta de classe. Os trabalhadores e a juventude responderão à política anticapitalista na medida em que fizermos um trabalho sistemático de agitação, propaganda e organização, superando o sectarismo que tomou conta de parte das esquerdas e do oportunismo que prevalece na esquerda petista.

Lula visita Volkswagen e defende o capital

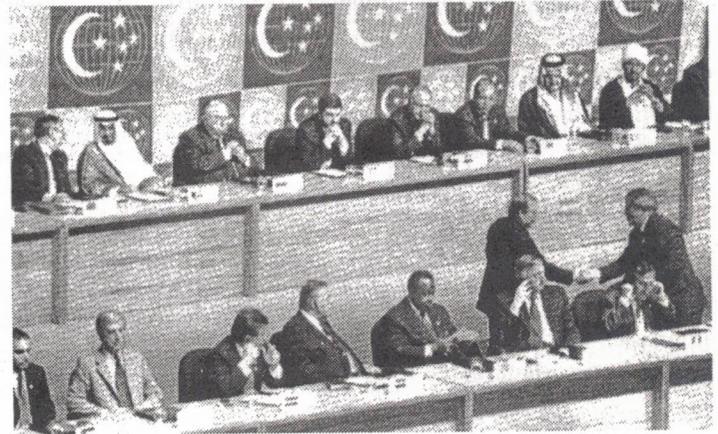
O presidente Lula/PT foi o convidado de “honra” da Volkswagen para a comemoração de 15 milhões de carros produzidos no país pela montadora. A Volks preparou uma grande recepção para o caudilho Lula, que primeiro se reuniu com a direção da fábrica e depois foi até à ala 14 (linha de montagem), para a apresentação do FOX, novo carro que será produzido na planta Anchieta em São Bernardo do Campo.

Em seu discurso, Lula falou sobre o crescimento da indústria automobilística e elogiou a Volks pelo novo investimento, dizendo ser importante para o crescimento econômico do país.

Disse ainda que a Volks contribuiu para o saldo positivo da balança comercial (exportações menos importações) do país, que atingiu recorde de US\$ 33,7 bilhões.



Protesto em Nova Iguaçu (RJ) contra a chacina de moradores por grupo de extermínio policial



Cúpula entre países árabes e sulamericanos.

O primeiro questionamento que fazemos sobre o discurso de Lula é: Crescimento econômico para quem? É verdade que houve um grande crescimento da produção automobilística nos últimos anos, o problema é que esse crescimento econômico exaltado por Lula serviu apenas para os empresários, que concentraram toda a riqueza que foi produzida em suas mãos. A produção cresceu 36%, no entanto, o desemprego aumentou e a renda dos trabalhadores caiu, o que significa que os empresários produziram mais, lucraram mais e a miséria da classe operária aumentou devido ao desemprego.

E tem mais, o Lula fala apenas que houve um saldo de R\$ 33,7 bilhões na balança comercial, o que ele não diz é que esse saldo não deu para pagar os juros da dívida externa ao FMI, que no trimestre foi de R\$ 47,5 bilhões.

Está aí porque dizemos que o Lula é um defensor do grande capital, utiliza os mesmos argumentos mentirosos da burguesia para esconder dos operários sua política recessiva e de submissão ao grande capital em detrimento da miséria nacional.

É através da ação direta, exigindo nas ruas que o governo Lula cumpra suas promessas de campanha de 10 milhões de emprego, três pratos de comida a todos os brasileiros, reforma agrária exigida pelo MST, que a classe operária, camponeses, estudantes e demais oprimidos, superarão as ilusões no governo PT/Lula e caminharão rumo a construção do Partido Operário Revolucionário, que tem como programa a aliança operária e camponesa, a insurreição armada das massas, para destruir o sistema capitalista e implantar a ditadura do proletariado.

O Estados Unidos não gostaram

A Cúpula da América do Sul e Países Árabes, realizada por iniciativa do governo Lula, não foi de agrado da maior potência e do Estado de Israel.

Tudo começou com o pedido do governo norte-americano de participar como observador. Desta vez, a descarada prepotência do imperialismo não foi acatada. Mas a rejeição – altamente diplomática – do governo brasileiro não ficou impune. Os EUA pressionaram os países árabes mais subservientes a não enviarem seus chefes de Estado, de forma a minimizar o encontro. Armaram uma campanha interna e internacional para que a Cúpula não servisse de instrumento para condenação da política intervencionista do governo Bush e demais potências.

Reunir árabes é pôr em evidência a ocupação de Israel sobre território palestino e a opressão nacional. É enfatizar a ocupação do Iraque, apesar de fazer parte da cúpula o governo iraquiano títere.

A grande imprensa, no Brasil, esteve a serviço dos opositores internacionais da Cúpula.

Evidentemente, o governo do PT/Lula não tinha intenção de provocar a ira dos Estados Unidos/Israel sobre questões políticas, ideológicas e militares. Moveu-se no sentido de ampliar o comércio com os países árabes, portanto estava imbuído dos interesses de determinadas frações capitalistas. Ocorre que a economia imediatamente se converte em política. Não havia

como disciplinar alguns países árabes, que se encontram em posição nacionalista frente ao domínio dos EUA e que defendem a causa dos palestinos.

O Estado de São Paulo, que é instruído pelos EUA, concluiu que o Brasil não ganhou nada e só perdeu. Em que sentido perdeu? Deixou-se ser tribuna para os reclamos árabes contra os intervencionismos.

Os EUA disseram que a Cúpula não defendeu a democracia e não condenou nomeadamente grupos terroristas. Os porta-vozes brasileiros se incumbiram de difundir a quatro ventos a posição do imperialismo. Pretendia-se que a Cúpula com os árabes – países semicoloniais, saqueados pelas potências – servisse à causa norte-americana. A “democracia” dos EUA é a que vemos no Iraque, Afeganistão etc. O imperialismo impõe sua democracia pelo poderio militar para controlar fontes de energia, mercados e ditar o funcionamento político dos países semicoloniais.

A Cúpula não fracassou porque não colocou a democracia na declaração final, mas porque assumiu parte da política internacional do imperialismo (da democracia das potências) – esta elogiada pelos EUA – e parte dos tímidos reclamos dos árabes. Não se exigiu a retirada imediata das tropas que ocupam o Iraque/Afeganistão e não se responsabilizou os EUA pela matança.

O direito da autodefesa dos povos oprimidos é o que há de mais elementar da democracia. Esta é pisoteada pelas potências.

Rondônia

A Justiça burguesa transforma as vítimas em réus

A situação na Reserva Roosevelt da etnia Cinta-Larga volta em destaque nas páginas da imprensa local quando notícia que a polícia federal concluiu o inquérito responsabilizando 23 índios e o funcionário da Funai Walter Fontoura Blós pela morte de 29 garimpeiros ocorrido dia ano passado, dia 7 de abril de 2004. E, também nas apurações da Polícia Federal, cerca de 120 pessoas são indiciadas por suspeitas de envolvimento no esquema de extração e venda ilegal de minérios. Entre elas, empresários, índios, garimpeiros, funcionários da Funai e agentes da Polícia Federal.

Tudo veio à tona porque garimpeiros voltam a reserva para trabalhar, nos últimos dias, já foram presos 20 garimpeiros pela Polícia Federal. Os últimos 6 garimpeiros presos disseram que estariam na reserva montando uma máquina para os índios para extraírem minérios. As extrações, na reserva, são consideradas ilegais desde que começaram em 1999, por estarem numa reserva indígena, o que é proibido por lei.

Vejam quem é que tem moral para prender e julgar? São eles os responsáveis pelas falcaturas que levaram às mortes dos 29 garimpeiros as vítimas, índios e garimpeiros, hoje são culpados por tudo o que acontece na reserva. No início, quando a situação estava entre garimpeiros e índios faziam a exploração artesanal para sobrevivência, nenhum massacre aconteceu. Quando iniciou a intervenção da Polícia Federal e a entrada de grandes mineradoras, daí começaram a aparecer conflitos.

A Reserva Roosevelt mede 2 milhões e setecentos mil hectares, sendo assim, dezoito vezes maior que a cidade de São Paulo, mas o que desperta a cobiça na área, não diz respeito à dimensão territorial, mas a incalculável riqueza de pedras preciosas e principalmente dos melhores diamantes do mundo. A exemplo da Serra Leoa, na África., a cobiça pelas pedras preciosas que ainda perdura no país, poderá em breve levar ao esgotamento das riquezas naturais pela exacerbação dos saques alimentados pelos países imperialistas para concentrar riquezas às custas da fome, miséria e superexploração das nações oprimidas.

O massacre sobre os garimpeiros é parte dos crimes de classe sobre as maiorias oprimidas e, além do mais, a imprensa burguesa não contabiliza a morte entre os indígenas e não noticia amplamente que, em decorrência destes fatos, muitos índios foram ameaçados de linchamento e que muitos estão a mercê da fome e miséria nas maiores cidades do Estado, inclusive na capital. É preciso construir os Tribunais Populares, pois os burgueses latifundiários, grileiros e mineradores, que tomam posse das riquezas naturais e das terras das reservas indígenas e exploram os índios e não índios no saque dessas riquezas. É preciso que a juventude e trabalhadores em geral fortaleçam a defesa da autodeterminação dos povos indígenas, para que eles possam decidir seus destinos quanto à educação e suas reservas naturais.

Professores-SP

Em defesa do programa classista da Oposição Unificada

A Corrente Proletária da Educação e o Partido Operário Revolucionário chamam os companheiros professores a votar na chapa da Oposição Unificada. A experiência de anos a fio com a atual diretoria da Apeoesp demonstrou suficientemente que é preciso uma nova direção, que limpe o sindicato de todo o burocratismo, carreirismo e servilismo aos governos. Os trabalhadores não têm outra forma de se defender senão por meio da organização coletiva e das formas próprias da democracia dos explorados. A anulação do sindicato pela direção corrompida na política estatal e burguesa é responsável pela não resistência à aplicação das medidas governamentais de esmagamento dos salários e destruição da escola pública. Somente uma nova direção classista e combativa poderá recuperar a Apeoesp para impor as reivindicações de defesa do trabalho e do ensino. Nosso voto na Oposição Unificada é um passo nesse sentido.

Construir uma direção voltada ao programa classista Razões para votar na chapa Oposição Unificada

No dia 9 de junho teremos eleições para a diretoria da Apeoesp. Trata-se de um momento importante em que os professores decidem se querem permanecer com a mesma direção ou modificá-la. Essa decisão não é indiferente. A direção do sindicato é essencial para a luta dos trabalhadores. Lembremos que os sindicatos foram criados pelos assalariados para enfrentar a exploração capitalista e defender as condições de existência de quem produz. A sua direção expressa uma política que pode ser de colaboração com o patronato/governo ou de mobilização coletiva em defesa das reivindicações contra a opressão social e política. A que encabeça a direção da Apeoesp é de colaboração.

As eleições para mudar a direção são parte da democracia sindical. Elas ocorrem justamente para que os trabalhadores avaliem a política desenvolvida e julguem se elas têm servido à luta e aos nossos interesses. O fato de concorrerem

várias chapas para a eleição demonstra a democracia sindical e as divergências existentes entre as várias correntes políticas que se constituem no seio do movimento social. É importante, no entanto, verificar o conteúdo das divergências e se elas justificam a existência das divisões.

Nestas eleições, o quadro de composição da chapas se modificou. A chapa 1, desta vez, é o resultado da unificação da ala majoritária do PT (Articulação, Artnova e PCdoB). A chapa 2 é da Oposição Unificada. As demais dividem o movimento opositorista.

Como se vê, a chapa da situação sentiu a necessidade de se unir para combater a Oposição. Esse fato demonstra o receio da atual diretoria frente ao descontentamento dos professores com a sua política imobilista, responsável pelo tremendo rebaixamento salarial e precarização das condições de trabalho.

Com a chegada do PT ao governo federal, ficou mais clara a política da diretoria de submeter a Apeoesp ao Estado. Um sindicato preso a qualquer governo ou patrão se torna esterilizado e impotente. A experiência com a direção petista tem demonstrado aos professores que a política de colaboração e a burocratização impossibilita os trabalhadores da educação enfrentarem a tendência do capitalismo em rebaixar os salários, aumentar o desemprego e eliminar direitos.

A constituição da chapa Oposição Unificada responde ao imperativo de derrotar a política que compromete a independência da Apeoesp frente aos governos e põe em risco a democracia sindical. O correto seria unificar todas as correntes que estejam de acordo com a necessidade de quebrar o poder dinástico da corrente Articulação/PT e recuperar a Apeoesp como sindicato independente, democrático e de luta. Mesmo que essa unificação não tenha ocorrido, a chapa Oposição Unificada deu um passo no sentido de constituir um programa pelas reivindicações de emprego, salário e direitos trabalhistas. Rechaça a política de privatização e defende o fim do controle da educação pelo

empresariado e Igrejas, por meio da estatização de todo o sistema. Propõe-se enfrentar as reformas neoliberais do governo PT/Lula, que recaem sobre os assalariados sob a forma de demissões, rebaixamento salarial, flexibilização do trabalho e esmagamento geral das condições de vida da população. Denuncia os métodos de conciliação de classe da burocracia sindical e defende a organização e mobilização coletivas dos trabalhadores. Objetiva recuperar a confiança dos professores na sua capacidade de luta unitária e de elevar a consciência política para a urgência de unificar o conjunto dos explorados na luta antiimperialista e anticapitalista. Condena a barbárie capitalista de exploração do homem pelo homem e aponta para uma sociedade socialista.

Com esse programa consideramos grave a atitude de outras correntes e agrupamentos em dividir a Oposição. Observem que a Articulação, Artnova e PCdoB correram a unir suas forças, contando com a divisão da Oposição à procura de evitar sua derrota. Ao contrário, o chamado de uma oposição unificada expressa a aspiração dos professores em romper o dique da burocracia petista. Não se tratava de uma união opositora a qualquer preço. O programa é essencial para guiar a ação e permitir a crítica das diferenças.

Voto crítico programático na Oposição Unificada

A Corrente Proletária da Educação travou a luta pela unificação da Oposição em torno do programa. Defendeu a aprovação das idéias políticas e a formação da chapa por meio de uma plenária, regida pela democracia. O programa deveria ser discutido e as divergências votadas. Isso ocorreu. O outro aspecto era o de compor a chapa por meio da proporcionalidade direta. Isso não ocorreu. A corrente majoritária Oposição Alternativa elaborou um chapa segundo seus critérios, negando o critério da proporcionalidade. A Corrente Proletária não aceitou a quebra da democracia da plenária. Assim, rejeitou participar

área da educação (através da Oposição Alternativa) e em outras áreas.

A Corrente Proletária da Educação buscou integrar a Conlutas por entender que ela pode transformar-se numa frente de ação direta e de combate à burocratização e estatização dos sindicatos/CUT. Neste sentido, participamos da Conlutas como uma fração favorável à frente única, mas também de oposição à política de desfiliação da CUT, defendida pelo PSTU, que quer fazer da Conlutas uma nova central sindical. Consideramos que o PSTU está cometendo um grave erro ultra-esquerdista e aventureiro de dividir a CUT e enfraquecer o pólo opositor no seu interior. Ou seja, não quer lutar contra a burocracia e vencê-la, pretende abandonar a base e a vanguarda que lutam contra os burocratas que dirigem a CUT, para montar um novo aparelho que possa dirigir.

Com relação às eleições deste ano para a APEOESP, a Corrente Proletária da Educação entendeu que, assim como em outros sindicatos, deveriam ser formadas chapas opositoras ao governo pelas correntes que compõem a Conlutas. Assim, a chapa de oposição da APEOESP estaria em consonância com a atuação das correntes na Conlutas. A Oposição Alternativa não se colocou por uma chapa da Conlutas, pois criou esta não como uma frente, mas com o objetivo de ser uma "alternativa" à CUT. Além disso, preferia formar uma chapa mais ampla, incorporando setores da esquerda do PT, os quais não poderiam estar ligados a Conlutas, dado o seu caráter contestador ao governo Lula.

A Corrente Proletária da Educação considerou que há uma aspiração de uma camada avançada dos trabalhadores em educação de que haja uma unidade opositora para varrer a velha direção da APEOESP. Mas, para a construção de uma chapa que unificasse as várias correntes de oposição havia dois obstáculos: 1) a definição do PSTU / Conlutas de dividir a CUT; 2) a ampliação da frente opositora para os setores petistas que ainda têm ilusão no governo Lula. Na tentativa de superar estes obstáculos, a Corrente Proletária da Educação defendeu que todas as correntes que viessem a compor uma chapa de unificação da oposição na APEOESP o fizessem sob a base de claros princípios programáti-

cos, isto é, que as correntes encarnassem o programa e não transformassem seus princípios em letra morta.

O primeiro obstáculo foi superado à medida que o PSTU renunciou em defender a ruptura com a CUT como parte do programa. Isso permitiu a Corrente Proletária da Educação continuar a luta dentro de uma chapa frentista de oposição, sem abrir mão de sua posição. O segundo obstáculo, entretanto, se manteve: havia o risco dos pontos programáticos serem diluídos em função da posição do PSTU de atrair setores petistas que consideram que o governo Lula ainda está em disputa. Para nós, não poderia haver ambigüidades, sendo fundamental a clareza no programa da chapa. Por isso, a Corrente Proletária da Educação trabalhou para concretizar a chapa frentista que se colocasse: a) pelo combate às reformas pró-imperialistas do governo; b) pela derrocada da burocracia autoritária e estatizante; c) pela independência e democracia sindicais; d) pela defesa das reivindicações dos explorados; e) pela luta antiimperialista e anticapitalista.

A plenária da Oposição Unificada em 16/04

Na plenária da Oposição Unificada, realizada em 16 de abril, a Corrente Proletária da Educação apresentou uma proposta de programa para ser discutida e votada na plenária. A Oposição Alternativa também trouxe os pontos programáticos. As divergências foram discutidas e votadas. O problema ocorreu no momento de constituição da chapa.

Embora este ponto do programa tivesse sido aprovado, a Oposição Alternativa não concordou em utilizá-lo quando da composição da chapa para a Executiva e para a Diretoria do Sindicato. Esta corrente alegou que, por ter realizado uma plenária somente de sua corrente, no mesmo dia pela manhã, que contava com cerca de 609 membros, deveríamos considerar este número para a plenária da Oposição Unificada, realizada à tarde, ainda que estes (609) membros não estivessem presentes em sua totalidade. Em outras palavras: para a Oposição Alternativa, seria uma "distorção" desconsiderarmos o número de membros que conseguiram levar para a

SUA plenária (plenária exclusiva da Oposição Alternativa), mesmo que estes membros não se materializassem na NOSSA plenária de oposição (plenária da Oposição Unificada). Desta forma, propunha que aceitássemos uma composição de chapa negociada entre os setores que compõem a Oposição Alternativa.

A Corrente Proletária da Educação defendeu que a plenária votasse o princípio da proporcionalidade como forma de nortear a composição da chapa e, sobre este ponto, houve a concordância do FOS. Para a Corrente Proletária da Educação, a soberania da plenária não pode ser substituída por uma discussão de cúpula, pois defende a democracia sindical e entende que o contrário é uma forma burocrática de ação política, que não politiza os militantes e ainda impede-os de participar ativamente do processo em curso. Perdemos a votação e a proposta da Oposição Alternativa, vencedora, era a de que houvesse uma reunião de uma Comissão, com membros das correntes, para "definir" a composição da chapa e, caso não houvesse acordo, que se realizasse uma nova plenária. Embora a Oposição Alternativa reconhecesse o erro de ter marcado duas plenárias para o mesmo dia, não abria mão do fato de ser a corrente mais forte em número de militantes e, por isso, não poder votar nada já que a maioria de seus membros não estava presente.

A reunião da comissão

Na reunião da Comissão, foi apresentada pela Oposição Alternativa uma estimativa de quantos membros poderiam ser eleitos segundo a proporcionalidade do estatuto da APEOESP. Em seguida, foi-nos colocado que haveria um cargo na direção executiva da chapa $\frac{3}{4}$ com maiores chances eleitorais $\frac{3}{4}$ para o POR ou o FOS, e que as duas correntes deveriam disputar entre si. Dessa forma, a Oposição Alternativa decidia por sua conta os membros da chapa, seus postos na ordem de possibilidades eleitorais, o número de postos para o POR e o FOS e colocava para essas correntes encontrarem um critério de decisão de quem estaria na direção executiva.

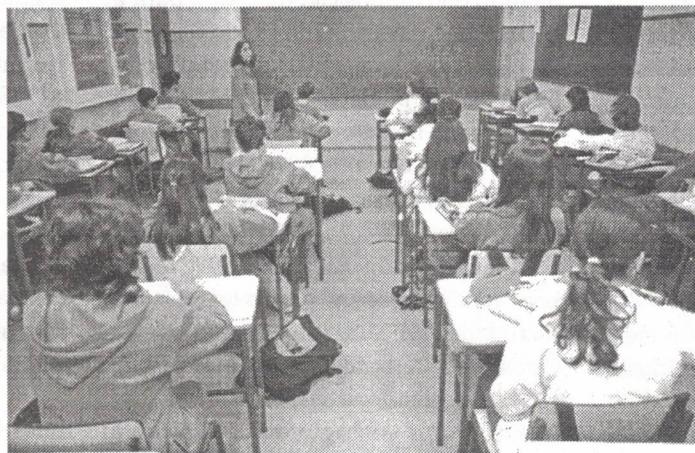
A Corrente Proletária da Educação questionou essa posição majoritária da

Oposição Alternativa de impor às demais correntes o critério da força externa à Plenária. O FOS também se colocou contra esse critério burocrático. A Oposição Alternativa justificou nossa crítica (apresentada por escrito) e nossa recusa em aceitar seus critérios de chapa com o argumento de que admitia ter sido um erro a realização da plenária da sua corrente pela manhã, no dia 16 de abril. O que fazer com o erro? Quem erra e reconhece o erro deve corrigi-lo. Por meio do erro reconhecido, cometia-se um novo erro: a Oposição Alternativa procurou impor à Corrente Proletária da Educação e ao FOS seus critérios de formação da chapa.

O fato da Comissão reconhecer os questionamentos do FOS e da Corrente Proletária da Educação foi importante para dar prosseguimento ao processo de constituição da Oposição Unificada. Como não houve acordo na reunião da oposição (conforme aprovado em 16/04), deveria ocorrer nova plenária. Ocorreu, no entanto, outro fato que é preciso relatar, já que reflete o autoritarismo desta corrente na relação com as demais, a despeito de ter sido posteriormente superado pela própria Oposição Alternativa. Em seguida à decisão da Comissão, um membro do PSTU comunicou à Corrente Proletária da Educação que não poderia aceitar a decisão de convocação de nova plenária e chamou esta corrente para uma outra reunião. A Corrente Proletária da Educação respondeu que não acataria essa imposição. A revisão dessa conduta, até então, parecia ter sido importante para manter a unidade frentista.

A plenária do dia 07 de maio

A plenária realizada no dia 07 de maio tinha por objetivo resolver a questão da composição da chapa. A Corrente Proletária da Educação procurou deixar claro à plenária sua posição quanto ao processo de discussão que vinha se dando desde o início da proposta de unificação da oposição, através do boletim *À Plenária da Oposição Unificada*, onde apontou que a convocação de uma nova plenária para decidir coletiva-



mente a composição da chapa tinha assegurado a democracia interna do processo de formação da Oposição Unificada; fazia um balanço da discussão realizada na Comissão, criticando a postura autoritária da Oposição Alternativa e o acerto da superação desta postura; além de um chamado a plenária para garantir a democracia sindical, que constava já no programa, por meio da defesa da proporcionalidade como princípio para a composição da chapa.

Ao iniciar o debate, a Corrente Proletária da Educação, fazendo uma referência ao boletim distribuído à plenária, apresentou sua posição de defesa da proporcionalidade direta e qualificada. O FOS, neste aspecto, defendeu a mesma posição. A Oposição Alternativa voltou a frisar o erro de ter feito duas plenárias no mesmo dia para justificar a força numérica da corrente e decidir, portanto, a composição da chapa. Alguns de seus membros chegaram a declarar que "tínhamos que reconhecer sua força" e, portanto, nos submeter a SUA proposta de composição de chapa sem votação na plenária.

Como tinha maioria na plenária, a Oposição Alternativa venceu. É importante destacar que, tendo maioria no plenário, a Oposição Alternativa, pelo critério da proporcionalidade direta e qualificada, teria a maior quantidade de membros na chapa. Por que não quis utilizar a proporcionalidade? Para manter o critério da força externa à plenária e das negociações entre os setores que compõem essa corrente na distribuição de cargos na chapa. Isso pôs em evidência traços burocráticos dessa corrente majoritária.

A Corrente Proletária da Educação, entretanto, diante desta demonstração

de autoritarismo político por parte da Oposição Alternativa, não se deixou seduzir pela reserva de dois cargos na diretoria. Da mesma forma, não se colocaria numa situação de concorrência com companheiros do FOS. Procurou manter sua fidelidade ao programa que defende a proporcionalidade. Por isso, declarou que continuaria a apoiar a chapa Oposição Unificada, chamando o voto para a mesma e mantendo a unidade nas regionais, mas não poderia sujeitar-se à tentativa de outra corrente definir como iria figurar na chapa.

Para a Corrente Proletária da Educação quem deveria definir o lugar e o peso que ela ocuparia na chapa deveria ser a plenária. Se esta última decidisse que esta corrente não tem peso e, portanto, não poderia nem mesmo indicar um nome, a Corrente Proletária da Educação aceitaria disciplinadamente. O que não poderia aceitar é que a plenária abrisse mão de seu papel de decisão, obrigando as correntes minoritárias a aceitarem cargos definidos pela Oposição Alternativa. Em outras palavras: a Corrente Proletária da Educação não compõe nenhuma chapa por meio de métodos artificiais, pautados em acordos de cúpula e em indicações definidas autoritariamente por outras correntes que se consideram mais importantes por terem maior número de militantes.

A posição da Corrente Proletária da Educação de manter seu apoio, porém crítico, e de não indicar nenhum nome para a chapa da diretoria estadual, neste aspecto, não contou com o apoio do FOS, que concordou com os métodos burocráticos da Oposição Alternativa. A Corrente Proletária da Educação foi criticada tanto por membros do FOS como por membros da Corrente Proletária da Educação por não aceitar a "votação da plenária", como se a proposta vencedora não estivesse pautada na lei do mais forte e não na verdadeira democracia sindical.

Para nós, entretanto, a defesa da proporcionalidade não é mera formalidade, deve ser colocada em prática. O voto crítico na chapa da Oposição Unificada é de defesa do programa e de combate a todas as formas de autoritarismo e burocratismo.

Professores-SP

Reproduzimos abaixo manifesto da Corrente Proletária distribuído na plenária da Oposição Unificada de 07/05

À Plenária da Oposição Unificada

A convocação de uma nova plenária para decidir coletivamente a composição da chapa assegurou a democracia interna do processo de formação da Oposição Unificada. Apresentamos na reunião da Comissão uma crítica ao fato de não ter se constituído a direção na plenária que aprovou o programa. O método de separar a votação do programa da constituição da chapa é incorreto, porque expressa traços burocráticos.

Na reunião da Comissão, foi apresentada pela Oposição Alternativa um estimativa de quantos membros poderiam ser eleitos segundo a proporcionalidade do estatuto da Apeoesp. Em seguida, foi-nos colocado que haveria um cargo na direção executiva da chapa – com maiores chances eleitorais – para o POR ou o FOS. E que as duas correntes deveriam resolver entre si. Dessa forma, a Oposição Alternativa decidia por sua conta seus membros, seus postos na ordem de possibilidades eleitorais, o número de postos para o POR e o FOS e colocava para essas correntes encontrarem um critério de decisão de quem estaria na direção executiva. Questionamos essa posição majoritária da Alternativa de impor às demais correntes o critério da força externa à Plenária. O FOS também se colocou contra esse critério burocrático. A Alternativa justificou nossa crítica por escrito e nossa recusa em aceitar seus critérios de chapa com o argumento de que foi um erro ter realizado a plenária da Oposição Alternativa pela manhã. O que fazer com o erro? Quem erra e reconhece o erro deve corrigi-lo. Por meio do erro reconhecido, cometeria-se um novo erro da Alternativa procurar impor ao POR e ao FOS seus critérios de chapa. O fato da Comissão reconhecer os questionamentos do FOS e do POR foi importante para dar prosseguimento ao processo de constituição da Oposição Unificada.

Houve um outro fato que é importante relatar, embora tenha sido superado pela própria Alternativa, por refletir autoritarismo na relação com as correntes. Em seguida à decisão da Comissão,

um membro do PSTU comunicou ao POR que não poderia aceitar a decisão de convocação de nova plenária e chamou para uma reunião. O POR respondeu que não acataria essa imposição. A revisão dessa conduta foi importante para manter a unidade frentista.

É preciso que se entenda esse processo para que a Oposição Unificada represente de fato uma frente das correntes que estão no campo de luta contra a estatização dos sindicatos, a eliminação da democracia sindical e a sua inutilização como instrumento de luta de classe.

O que está colocado para essa Plenária

Defendemos que se utilize o critério de proporcionalidade direta, de forma que todas as correntes tenham uma representação real e ativa na chapa. A idéia de se usar a posição majoritária da Alternativa para tornar o FOS e o POR apenas figurativos não expressa a real unidade frentista. É importante entender que há um compromisso de todas as correntes defender o programa aprovado. Por isso mesmo, o POR procurou deixar claro as divergências e exigir votação nos pontos em desacordo. Entendemos que não se trata de formalidade. Há uma necessidade de unificação das correntes do campo classista e revolucionário para quebrar o poder da burocracia sindical oficialista.

O POR decidiu pela Oposição Unificada por compreender que tem havido um realinhamento das correntes depois da chegada do PT ao poder do Estado. Anteriormente, não pôde estar junto da Oposição Alternativa pelo fato desta guardar vínculos com a ala reformista do PT e excluir a possibilidade de um programa classista, ainda que imperfeito, como acabamos de aprovar.

Parte dos antigos aliados do PSTU rompeu com a Oposição Alternativa e caminha para compor uma chapa da esquerda petista. E por quê? Porque para se constituir uma oposição revolucionária à direção burocrática é fundamental

atacar as posições político-ideológica-organizativas do PT. Essa esquerda procura distinguir o PT do governo Lula, de forma a obscurecer sua capitulação. Via-de-regra, as esquerdas se negam a fazer um balanço de suas políticas frente ao fenômeno petista, que traz em seu bojo o processo de estatização da CUT e dos sindicatos. Embora a total integração do PT ao Estado burguês evidencie seu papel contra-revolucionário, fecham-se os olhos para essa realidade.

As correntes que consideram, com maior ou menor clareza, que o PT e seu governo são agentes do grande capital têm o dever de constituir uma unidade frentista em todos os campos de luta. Se antes o PT, sua ala esquerda e as correntes que a ele se adaptavam apareciam como opositoristas, formando um amplo setor galvanizado pelo reformismo, agora este alinhamento está em processo de ruptura. É isso que explica, de um lado, a cisão da Alternativa e, de outro, a constituição de um novo alinhamento opositorista. É o que também se passa com a separação dos agrupamentos que compuseram o MOTE. O sectarismo impossibilitou que parte dessa oposição compreendesse as mudanças da situação política, as contradições vividas pelas correntes e a ruptura nas alianças anteriores.

O PT oficialista uniu suas duas alas para conservar o aparelho sindical. Esse fato demonstra a responsabilidade da esquerda petista em rejeitar a Oposição Unificada sob a base de um programa de ataque à burocracia e à política governista implantada no meio sindical. Não queremos dizer que se trata de uma regra para todas as circunstâncias a unidade das posições de esquerda, como o passado recente já o demonstrou. No atual momento, a unidade opositora anti-burocrática e anti-governista é imperativa. É nesse sentido que o POR defendeu a Oposição revolucionária ao governo do PT.

Está aí a importância da Oposição Unificada expressar uma frente com participação ativa de todas as forças, evi-

dentemente seguindo o critério da proporcionalidade.

Como se garantirá a frente na chapa de acordo com a proporcionalidade

Pelo fato da direção da Apeoesp ser composta pelo critério da proporcionalidade relativa (mínimo de 10%), a Oposição Unificada terá um percentual na diretoria. Aí está o primeiro o ponto a ser considerado pela plenária. Se o critério for a de participação ativa de todas as correntes, então todas terão um lugar nesse percentual. Se for um critério figurativo, prevalecerá a posição da maioria para que nem todas as correntes tenham representação ativa. O segundo critério, diz respeito à proporcionalidade em relação à executiva. Esse segundo aspecto tem importância relevante porque a atuação de todas as correntes da Oposição

Unificada na executiva é fundamental para o combate à burocracia e também para a manutenção do trabalho unificado, que para tal exige atitudes críticas e auto-críticas na aplicação tática do programa da chapa.

A Oposição Alternativa fez experiências com a proporcionalidade e nós da oposição tivemos duras divergências quanto à sua política no interior de uma direção em que impera a burocracia. Desta vez, participando da chapa é fundamental que todas as correntes compartilhem da responsabilidade de intervenção da Oposição Unificada no interior da diretoria da Apeoesp. Será assim testada a consistência do trabalho frentista, que para nós do POR não se resume a colher votos nas eleições sindicais. Entendemos a Oposição Unificada como um instrumento de combate à burocracia, que poderá se prolongar em sua existência ou se romper no dia se-

guinte caso não exista um trabalho conjunto sob o programa e a tática revolucionária.

É nesse sentido que o POR defende a participação de todas as correntes desde a executiva até os demais postos da chapa.

Nossas propostas

1. Formar um chapa pelo critério da proporcionalidade direta, em que haja representantes de todas correntes desde a executiva até os demais lugares;
2. Aprovar um plano de campanha, que inclui as comissões e o ativismo de base;
3. Que a coordenação da campanha seja feita pela comissão com representação de todas as correntes;
4. Que aprove uma plenária de balanço das eleições e de um plano de trabalho para dar continuidade à Oposição Unificada.

Movimento pelo Passe Livre

Reproduzimos abaixo trechos do boletim do Comitê pelo Passe Livre, Redução da Tarifa e Estatização do Transporte Coletivo, em Londrina

O movimento continua... Na luta pelo Passe Livre, Redução da tarifa a R\$1,35 e Estatização do Transporte Coletivo!

Este jornal marca a intenção do comitê de fazer um movimento organizado, que seja expressão da revolta de cada trabalhador que desembolsa diariamente um valor absurdo para andar feito sardinha em ônibus lotados. Nossa luta também expressa a necessidade da juventude de ter acesso à Educação e à Cultura, por isso reivindicamos o Passe Livre.

Por que reivindicamos a estatização do transporte coletivo?

Porque o transporte coletivo é um serviço público da mesma natureza que é a assistência médica, a educação e a previdência social. É um serviço fundamental para que os trabalhadores e estudantes consigam desempenhar suas atividades. A vida nas cidades supõe a existência deste serviço, pois há necessidade de deslocamen-

tos de um lugar a outro não apenas para se chegar aos locais de trabalho, mas também para todas as outras atividades sociais; lazer, estudo, relações com o Estado, política, etc.

Porém, os políticos à frente das prefeituras, não tratam do transporte coletivo como serviço público, mas, como moeda de troca para financiar suas campanhas, pois, invariavelmente após cada eleição, assiste-se a um festival de aumentos de tarifas de transporte coletivo. Agora mesmo, no início de 2005 aumentaram as passagens em diversas cidades. Em Londrina não foi diferente e os motivos são semelhantes ao de todas as outras cidades.

Toda vez que se questiona o alto custo das passagens, invariavelmente o prefeito e seus assistentes vêm com a resposta demagógica de que as planilhas que justificam os aumentos são públicas e que deve se preservar a "saúde financeira" das empresas. O que mostra esta resposta é que para o prefeito o lucro das empresas está em primeiro lugar e só depois – alias, muito depois – é que vem a preocupação com a possibilidade dos trabalhadores e estudantes

conseguirem ter acesso a este serviço.

A conquista do passe-livre e a redução da tarifa para R\$ 1,35 se chocará sempre contra o velho "argumento" de que desse jeito as empresas terão seus lucros reduzidos. Esta é a razão pela qual é imprescindível a estatização do transporte coletivo, pois, se o empecilho para que os trabalhadores e estudantes consigam se locomover é o lucro privado, a solução evidente é que o sistema e seja integralmente custeado pelo Estado sob controle dos trabalhadores. Afinal, o deslocamento dos trabalhadores é para serem explorados pelos seus patrões e a educação da juventude é para formação da força de trabalho que será amanhã empregada por aqueles mesmos capitalistas.

O transporte coletivo é um serviço público que deve ser prestado pelo Estado. Toda vez que este serviço é repassado a empresários privados, deixa de ser um serviço público e passa a ser apenas uma mercadoria. E, do mesmo modo que lutamos para que a saúde e a educação sejam gratuitos, coloca-se também a luta pela gratuidade do transporte coletivo.

Estudantes-RN

Qual é o problema com as identidades estudantis?

O Congresso interno de estudantes da UFRN definiu pela contribuição voluntária para as identidades estudantis. Ou seja, ao preço de custo, os estudantes acrescentariam o valor que quisessem.

Mas o DCE não é cadastrado na STTU e por isso não pode emitir identidades estudantis. A direção do DCE (UJS/PCdoB) decidiu então fazer pela UNE, que é cadastrada. O problema é que não estão implementando a contribuição voluntária. O Congresso interno de estudantes da UFRN, realmente, não pode definir a contribuição voluntária para a UNE, por se constituir em um fó-

rum menor do que o Congresso Nacional de estudantes. Mas os CA's e (no mínimo) o DCE devem se submeter à decisão do Congresso local.

A Corrente Proletária (CP) defende a contribuição voluntária às identidades estudantis como forma de dificultar a corrupção das direções de entidades. Como também defendemos o respeito aos fóruns de direção. Por isso, nos somamos àqueles que exigem que a direção do DCE cumpra a decisão congressual.

Sobre o cadastramento do DCE frente a STTU para poder emitir as identida-

des estudantis, partimos do pressuposto que o DCE é a entidade legítima de representação de todos os estudantes da UFRN, portanto, não precisa do aval da STTU. Assim, a CP defende a ação direta (passeatas, bloqueios, ocupação, etc) como forma de impor à STTU o direito do DCE em emitir as identidades estudantis. Enquanto esse problema não se resolvesse, poderíamos fazer a identidade pela UNE paralelamente à luta.

A CP defende a convocação imediata de uma assembleia geral de estudantes da UFRN para deliberar definitivamente sobre o assunto.

Fortaleza-CE

Publicamos abaixo boletim da Corrente Proletária na Educação (CE)

Abaixo a reforma educacional do governo Lula/PT

1. A criação do Fundeb

Trata-se de um fundo para o financiamento de toda a educação básica. O Fundeb substituirá o Fundef, seguindo a mesma lógica de se apoiar no custo-aluno. O argumento do governo é o de que o Fundef vincula uma parcela considerável dos recursos (18% a 25%) para o ensino fundamental e, com isso, os outros níveis são subestimados. Diz que o Fundeb corrigirá essa distorção. Não se trata de um mecanismo para elevar as verbas da educação, mas sim a redistribuição do que existe.

A desvinculação de receita da União (DRU) foi uma medida da reforma fiscal de FHC que reduz o orçamento da educação em 20%, que resulta em perda de 4,5 bilhões anuais para o ensino público. Em que governo do PT manteve a DRU.

O Ministério da Educação propôs que os governadores aceitassem as regras do Fundeb. Mas, os governadores exigiram: a) que o Fundeb não tenha caráter permanente, mas sim duração de 10 anos; b) que ao invés da obrigatoriedade de 25% de aplicação à educação fosse rebaixada para 20%; c) que a União assegure uma complementação financeira fixa, que vai de 5%, no primeiro ano, até 10%, a partir do 4º ano.

Como se vê, não há mais recursos com o Fundeb. Aumenta-se o número de alunos e de trabalhadores da educa-

ção sem elevar as verbas. Sequer a proposta de elevar de 60% do montante, que é para o pagamento do magistério (como estabelece o Fundef) para 80%, foi aceita. O Fundeb não trará melhorias salariais e nas condições de trabalho, pois mantém o arrocho salarial.

2. Modificação no ensino médio

O governo Lula/PT prepara as condições para a reforma curricular do ensino médio. A proposta de instituição de dois anos obrigatórios, já divulgada, vem no sentido de eliminar um ano desse nível de ensino. O argumento de que o último ano é optativo para o aluno expõe a verdadeira razão que é de cortar gastos e empurrar uma parcela da juventude para as escolas tidas profissionalizantes privadas. Para os professores, significará mais **desemprego e eliminação de disciplinas do currículo**.

3. A reforma do ensino superior

A reforma universitária encontra-se no Congresso Nacional. Pretende-se legitimar a compra de vagas nas escolas particulares (**ProUni**). Um mecanismo de proteção aos negócios dos empresários da educação. Impõe a regulamentação das fundações (empresas) no interior das universidades públicas. Um

passo na privatização do ensino gratuito. E mantém os subsídios estatais às universidades tidas como filantrópicas. Uma ajuda às escolas das Igrejas. Pode-se ver que o conteúdo da reforma é **privatizante**.

Portanto, o governo Lula/PT dá prosseguimento à diretriz do Banco Mundial. As promessas de elevação dos investimentos à educação não saíram do papel.

Os governadores estão de comum acordo com o governo federal de que é preciso reduzir a responsabilidade do Estado para com a educação, cortando recursos e ampliando a mercantilização. Neste sentido, o governo Lula/PT dá um presente aos governadores com essa reforma do FMI e, ao mesmo tempo, cria mecanismos de redução de verbas ao ensino público.

* Nenhum apoio ao governo Lula e Luzianne do PT!

* Nenhum apoio ao governo Lula e Luzianne do PT!

* Abaixo as reformas neoliberais (trabalhista, sindical e educacional) do PT/Lula!

* Piso nacional de R\$ 2.500,00 para os trabalhadores em educação!

* Escola única, pública, gratuita, autônoma e enraizada na produção social!

* Por um **governo operário-camponês**, (ditadura do proletariado) defesa do socialismo e da revolução proletária.

CE: Aumento salarial igual a zero por cento

As propostas apresentadas pelos governos Lúcio/PSDB e Luzianne/PT de 5,5% e 10% respectivamente não correspondem às nossas perdas salariais. Eles estão unidos com o governo traidor de Lula/PT que deu 0,01% de reajuste ao funcionalismo federal, pois todos esses governos são burgueses e estão a serviço dos capitalistas na proteção dos seus lucros.

As migalhas dadas pelo governo estadual e a prefeitura não expressam ganho real, os aumentos das tarifas, remédios, luz etc, são superiores à miséria oferecida pelos governos de plantão. Vejamos um exemplo de aumento: a Coelce subiu a energia em média 23,59%, remédios - 7,39%, enquanto os reajustes não chegam nem de perto dos aumentos do custo de vida.

Se não bastasse, o Estado vai surrupiar dos servidores estaduais 3,5% dos seus salários. Neste sentido, o desconto atual em que o governo faz é de 11% do IPEC (previdência pública), que irá incluir mais 3,5% do plano de saúde criado pelo governo Lucio. Dessa maneira, teremos 14,50% de desconto dos nossos salários, tornando-os ainda mais baixos.

O Sindiute (O Trabalho/PT) e a Apeoc (Articulação/PT, PC do B), não move uma palha para organizar a luta coletiva. Ambos os sindicatos expressam a política dos governos. Se depender deles, os governos estadual e municipal estarão livres para manter o arrocho salarial, fechar escolas e salas de aulas, não resolver os aditivos e ampliações etc.

A direção pelaga do sindicato Apeoc

até hoje não convocou uma assembléia para organizar os professores a luta, para discutir pauta de reivindicação da categoria. Já no Sindiute as assembléias estão esvaziadas. Além disso, a omissão de uma parcela dos professores devido à divisão sindical entre a Apeoc e Sindiute enfraquece a categoria frente aos governos e, de certa forma, favorece as medidas governamentais.

A Corrente Proletária na Educação/POR, expõe que é preciso superar o colaboracionismo das direções da Apeoc e Sindiute e o descrédito de boa parte da categoria perante as direções sindicais. Para quebrar a imposições dos governos é fundamental a unidade sindical da Apeoc e Sindiute na luta e nas assembléias em um calendário de mobilização unificado já.

Algumas conclusões de Marx, Engels e Lenin sobre a Revolução Francesa



O POR deu continuidade ao curso de Formação Política sobre as Revoluções Burguesas e as Revoluções Proletárias com o estudo da Revolução Francesa. A discussão fundamentou suas conclusões nas de Marx e Lenin, cujos extratos reproduzimos abaixo:

1. Marx: A moderna sociedade burguesa, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não pôs fim às contradições de classe. Unicamente substituiu as velhas classes, as velhas condições de opressão, as velhas formas de luta, por outras novas. Nossa época, a época da burguesia, distingue-se, sem dúvida, por ter simplificado as contradições de classe. Desde os tempos da Grande Revolução Francesa, a história da Europa colocou às claras em vários países, com particular evidência, a luta de classes. Toda luta de classes é uma luta política.

2. Lenin: A divisão corrente das épocas históricas, citada com frequência na literatura marxista, repetida reiterada vezes por Kaustsky e adotada por A. Potréssov, é a seguinte: 1) de 1789-1871; 2) 1871-1914; 3) 1914...Certamente que nesses casos os limites, como em geral todos os limites, tanto na natureza como na sociedade, são convencionais e variáveis, relativos, não absolutos. E nós somente a título de exemplo tomamos os fatos históricos mais destacados, os que saltam à vista, como balizas dos grandes aconte-

cimentos históricos. A primeira época, que se estende desde a Grande Revolução Francesa até a guerra franco-prussiana, é a época do ascenso da burguesia; é a época dos movimentos democráticos burgueses, em geral, e, em particular, dos movimentos nacionais burgueses; a época da quebra das caducas instituições absolutistas feudais... A classe principal que marchava em linha ascendente e a que somente podia atuar como força demolidora contra as instituições feudais, era a burguesia. Nos distintos países, esta burguesia, que estava representada por diferentes camadas de produtores, era progressista em diversos graus e, às vezes, revolucionária (por exemplo, uma parte da italiana em 1859); mas o papel comum da época era justamente o caráter progressista da burguesia, isto é, e culminar sua luta contra o feudalismo.

3. Lenin: A Grande Revolução Francesa inaugurou uma nova época na história da humanidade. Desde então e até a Comuna de Paris - de 1789 até 1871 -, as guerras de emancipação nacional, de caráter progressista burguês, constituí-

ram um dos tipos de guerra. Ou seja: o conteúdo principal e a significação histórica dessas guerras foram a derrocada do absolutismo, do feudalismo e a supressão do domínio colonial estrangeiro. Por isso, eram guerras progressistas. Todos os democratas honrados e revolucionários, assim como todos os socialistas, viram sempre com simpatia, nessas guerras, o triunfo do país (isto é, da burguesia) que contribuía para minar os elementos mais perigosos, do feudalismo, do absolutismo e da opressão dos povos alheios. A época que vai de 1789 -1871 deixou profundas reminiscências revolucionárias. Antes de derrotar o regime feudal, o absolutismo e o domínio colonial estrangeiro, não de se poderia falar sequer do desenvolvimento da luta proletária pelo socialismo. (pág.404-XXII)

4. Lenin: Em 1789 a burguesia está aliada com o povo contra a monarquia, a aristocracia feudal e a Igreja dominante. A burguesia era a classe que efetivamente estava na ponta do movimento. O proletariado e as frações das classes médias, não pertencentes à burguesia, ou não ti-

nham ainda interesses distintos da burguesia, ou ainda não formavam classes ou frações de classe desenvolvidas de modo independente. Por conseguinte, onde elas se opuseram à burguesia, como por exemplo de 1793-1794 na França, não lutaram a não ser pela imposição dos interesses da burguesia, embora não ao modo da burguesia. Todo o Terror na França não foi nada mais do que uma maneira plebéia de acabar com os inimigos da burguesia, o absolutismo, o feudalismo e o espírito pequeno-burguês.

5. Lenin: A revolução francesa não foi o triunfo de uma determinada classe da sociedade sobre a velha ordem política; foi a proclamação da ordem política para a nova sociedade européia. Nela triunfou burguesia; mas o triunfo da burguesia foi então o triunfo de uma nova ordem social, o triunfo da propriedade burguesa sobre a propriedade feudal, da nacionalidade sobre o provincialismo, da concorrência sobre o corporativismo, da partilha sobre o morgado, do domínio do proprietário da terra, da família sobre o nome de família, do direito burguês sobre os privilégios medievais. A burguesia francesa de 1789 era a classe que, frente aos representantes da antiga sociedade, da monarquia e da nobreza, encarnava toda sociedade moderna.

6. Engels: A França é o país onde, mais do que em qualquer outro lugar, as lutas de classes foram sempre levadas à decisão final e onde, por conseguinte, as formas políticas mutáveis nas quais se processam estas lutas e nas quais se condensam seus resultados tomam os contornos mais nítidos. Centro de feudalismo na Idade Média, pais-modelo, desde a Renascença, da monarquia unitária baseada nos testamentos, a França desmantelou o feudalismo na Grande Revolução e instaurou o domínio da burguesia com uma pureza clássica inigualada por qualquer outro país europeu. A luta do proletariado revolucionário contra a burguesia dominante surgiu aqui.

7. Manifesto Comunista: A Revolução Francesa aboliu a propriedade feudal em proveito da propriedade burguesa.

8. Engels: Assinalava o papel histórico da monarquia constitucional como forma de Estado que facilita a luta decidida entre os senhores feudais e a burguesia. Dizia: Do mesmo modo que a

luta do feudalismo contra a burguesia não podia ser levada decididamente na velha monarquia absoluta, mas na monarquia constitucional – França de 1789-1792 –, a luta da burguesia contra o proletariado só pode ser levada a cabo decididamente na República.

9. Lenin citando Marx: A burguesia francesa de 1789 não abandonou nem um minuto os seus aliados, os camponeses. Sabia que sua dominação se baseava na liquidação do feudalismo no campo, na criação de uma classe camponesa de proprietários livres.

10. Lenin: Os Jacobinos de 1793 pertenciam à classe mais revolucionária do séc. XVIII, os pobres da cidade e do campo. Contra essa classe, que havia liquidado de fato (não em palavras) sua monarquia, seus grandes proprietários e sua burguesia moderada por meios mais revolucionários, inclusive com a guilhotina, contra essa classe verdadeiramente revolucionária do séc. XVIII, fomentava a guerra dos monarcas aliados da Europa. Os jacobinos declararam inimigos do povos a todos que servissem aos planos dos tiranos aliados, dirigidos contra a República. Os jacobinos de 1793 passaram para a história como um grande exemplo de luta verdadeiramente revolucionária contra a classe dos exploradores por parte da classe dos trabalhadores e dos oprimidos. ((124-125- XXVI)

11. Lenin: Os historiadores burgueses vêem no jacobinismo uma queda (“descender”). Os historiadores proletários vêem no jacobinismo um dos pontos culminantes na luta pela emancipação da classe oprimida. Os jacobinos deram à França os melhores exemplos de uma revolução democrática e de resistência a uma coalizão de monarcas contra a República. Os jacobinos não puderam conquistar a vitória completa, principalmente porque a França do século XVIII estava rodeada por países atrasados e porque a França mesma carecia das bases materiais para o socialismo, pois não existiam bancos, nem consórcios capitalistas, nem uma indústria de construção de maquinarias...(p.192- XXVI)

12. Lenin: Na França, depois de 1793, surgiu e começou a crescer constantemente uma burguesia liberal contra-revolucionária; não obstante, os conflitos e a luta de suas distintas facções durante os cem anos posteriores serviram sempre, de uma ou de outra maneira, como

motivos para novas revoluções, nas quais o proletariado desempenhou o papel de principal força motriz.

13. Lenin: Na França, a burguesia liberal começou a expressar sua hostilidade à democracia consequente durante o movimento dos anos 1789-1793. Ao começar a época das revoluções burguesas, a burguesia liberal francesa era monárquica; quando termina o longo período das revoluções burguesas, e na medida em que aumentavam a decisão e a independência das ações do proletariado e dos elementos burgueses democráticos, a burguesia francesa foi se transformando integralmente em uma burguesia republicana, reformada, reeducada, renascida.

14. Lenin: O conteúdo democrático-burguês da revolução significa que as relações sociais (o sistema, as instituições) do país estão limpas do medievalismo, da servidão, do feudalismo. (487- XXV)

15. Lenin: As tormentosas revoluções que em toda Europa, e especialmente, na França, acompanharam a queda do feudalismo, da servidão, revelaram na forma cada mais palpável que a base de todo o desenvolvimento e sua força motriz era a luta de classes.

16. Lenin: (...) Quando os habitantes da cidade e os camponeses revolucionários franceses derrotaram pela via revolucionária a monarquia e instauraram uma república democrática, em fins do século XVIII, quando ajustaram as contas com a sua monarquia e também com os grandes proprietários de terras, de modo revolucionário, essa política da classe revolucionária comoveu os comentários do resto da Europa autocrática, czarista, imperial e semifeudal. E a continuação inevitável dessa política da classe revolucionária triunfante na França foram as guerras levadas pela França revolucionária contra todos os países monárquicos da Europa, que formaram uma coalizão contra a França numa guerra contra-revolucionária. (p.382- XXV)

17. Lenin: A Revolução Francesa como poder das camadas mais baixas da burguesia da época só conseguiu manter-se por um ano e não conseguiu despertar em seguida um movimento semelhante em outros países. Contudo, teve grande significado para a burguesia, para a democracia burguesa, e para todo o desenvolvimento da humanidade durante o séc. XIX. (P. 284- XXX)

Nesta edição:

- **Argentina:**
1º de Maio:
Pela Independência Política da Classe Operária
Nossa resposta a:
"Carta do Partido Obrero para a esquerda e aos lutadores"

Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Argentina:

1º de Maio:

Pela Independência Política da Classe Operária

Reafirmando sua estratégia revolucionária, combatendo o democratismo reformista

É necessário acabar com a opressão imperialista

É impossível resolver os dramas mais urgentes da população e seguir cumprindo ao mesmo tempo com todos os acordos com o capital financeiro internacional, seguir respeitando sua propriedade.

Nos últimos anos, cresceu de forma espetacular a presença de multinacionais que controlam todos os aspectos vitais da economia. Compraram e se apoderaram dos principais serviços e recursos naturais. Existe um controle monopolista desses setores.

As demissões e o endividamento do país, o fechamento de centenas de fábricas, oficinas e negócios, a demissão massiva, a queda dos orçamentos familiares aos níveis mais baixos da história, têm relação direta com essa presença dominante do imperialismo.

A dominação é asfíxiante. Ao mesmo tempo em que cresce a miséria e a desnutrição, e a pobreza alcança a grande maioria, bilhões de dólares são sugados de nossa economia a cada ano pela via da dívida externa ou da dívida privada das empresas ou pelo pagamento de dividendos ou royalties das multinacionais, ou simplesmente da evasão.

Esta situação se repete com uma intensidade variada em toda a América Latina, que se levanta continuamente contra seus governos servis ao amo imperial. E o amo aparece uma e outra vez impondo novos governos, boicotando os que não são de seu agrado, buscando permanentemente o alinhamento de todos os demais, não os deixando sequer fazer demagogia.

A tarefa de libertar a nossa nação da opressão imperialista é uma tarefa central e comum a todas as nossas nações, por isso devemos buscar a unidade com os oprimidos de toda América Latina sob a perspectiva dos Estados Unidos Socialistas da América Latina.

O governo Kirchner capitula diante do imperialismo

O governo procura diferenciar-se dos anteriores para não ter o mesmo destino deles. Mas, se diferencia só no discurso, cacareja todo o tempo contra o FMI e algumas empresas multinacionais e, ao mesmo tempo, é incapaz de enfrentar radicalmente os interesses destes, que são contrários aos da Nação.

Não é uma política só do presidente, mas de toda a burguesia, que é uma classe entreguista, antinacional e incapaz de defender

a soberania nacional. Isso se reflete naturalmente em seus políticos, em seus partidos, em suas instituições. Esta política da burguesia e de seus governos é definitiva. Não se pode esperar deles uma política orientada à libertação da Nação oprimida. Apenas apelam ao discurso demagógico para encobrir o continuísmo.

No essencial, o regime político não se modificou. Sob os governos de Menem, de La Rua e, agora, de Kirchner, a dominação imperialista não se atenuou. Pelo contrário, o nível de concentração da economia nas mãos das multinacionais segue avançando e efetivamente pagamos cada vez mais pela dívida externa.

Só a classe operária pode enfrentar conseqüentemente essa situação

Somos nós, os trabalhadores, que fazemos frente às empresas privatizadas e às principais multinacionais disputando-lhes seu poder.

Enfrentando o congelamento salarial. Reclamando por aumento dos orçamentos e do investimento público. Fazendo frente ao desemprego. Denunciando a carestia e exigindo a atualização dos salários.

O Governo, os partidos patronais, a burocracia sindical, se aliam temerosamente com as multinacionais, enfrentando as lutas dos trabalhadores, assustados com a perspectiva de ficarem com as mãos abanando.

Somos nós, os trabalhadores, que lhes fazemos frente, lutando por nossas reivindicações, apelando a nossos próprios métodos de luta.

A classe operária é a liderança da nação

A burguesia não pode continuar sendo a classe dirigente, porque só nos tem levado à ruína e não vai nos tirar dessa situação. A classe média não nos oferece, (e não nos pode oferecer) uma perspectiva diferente.

É a classe operária, que não é presa à propriedade privada dos meios de produção, a única classe portadora de um programa capaz de transformar a base da sociedade.

Para que isso seja possível, a classe operária deve se converter na direção da Nação, na direção de todos os oprimidos, estruturando a Frente Única Antiimperialista. Tomando em suas mãos a luta pelas reivindicações sociais, democráticas, nacionais, em sua

própria perspectiva revolucionária, colocando a necessidade de acabar com este regime.

Que tipo de frente

Essa é a frente que devemos por em pé, a partir de cada bairro, a partir de cada região, impulsionando formas de deliberação, organização e lutas unitárias, que permitam a mais ampla unidade da base. Devemos promover a estruturação de assembléias populares como forma de auto-organização popular retomando as melhores experiências de 2001 e 2002.

Devemos trabalhar por impor a unidade ao redor de uma **pauta nacional única de reivindicações** que deve ter como norte a ação direta de massas para impor todas as reivindicações, iniciando por **exigir um salário mínimo igual ao custo da cesta básica familiar** (como foi definido no documento de 20 de Dezembro) e a **divisão das horas de trabalho entre todos os trabalhadores, sem diminuir o salário, para terminar imediatamente com o flagelo do desemprego.**

Combater o democratismo

A Frente que devemos construir, a unidade que devemos ganhar, deve combater um dos piores problemas que é o democratismo, o eleitoralismo que afeta boa parte das correntes de esquerda e que se transforma em um obstáculo para a vanguarda. **Toda idéia de frentes eleitoreiras, toda idéia de assembléias constituintes para resolver a alternativa política para as massas, deve ser extirpada do seio do movimento.**

Devemos expulsar do movimento a idéia de que é possível transformar pacificamente este regime, de que se pode reformá-lo, de que se pode transformar suas instituições “de dentro”.

Alertamos novamente aos militantes da vanguarda a não se deixarem arrastar pela febre eleitoreira, de se colocar por detrás de algum deputado no Parlamento.

Devemos **intervir na campanha eleitoral continuando a batalha contra a burguesia em seu próprio terreno, propagandeando a política da classe operária, colocando a nu a democracia da bur-**

Nossa resposta a:

“Carta do Partido Obrero para a esquerda e aos lutadores”

Jorge Altamira convida, através de uma carta pública, a debater por “*convenções internas abertas da esquerda*” (referindo-se ao método para selecionar os candidatos de uma eventual frente eleitoral).

Parece-nos de grande utilidade desenvolver esse debate em profundidade, porque a posição do PO hoje representa a forma de pensar da maioria das organizações que se reclamam de esquerda e afeta questões que são vitais para a classe operária.

Em primeiro lugar, queremos ajudar a clarificar que a **construção da frente** é uma questão decisiva para a classe operária. A classe operária é uma classe minoritária e para poder materializar a conquista do poder necessita da aliança com as classes médias exploradas (não exploradoras) da cidade e do campo. Trata-se de uma questão tática, mas essencial: não pode resolver sua estratégia se não aplica a tática da frente adequadamente. Quem não coloca a necessidade da aliança com as classes médias oprimidas é porque não se coloca seriamente pela revolução social em nosso país.

Em segundo lugar, nos parece importante voltar a insistir na tática eleitoral. O que determina se devemos intervir com candidaturas, boicotá-las ou se abster é a situação das massas, sua evolução política, o grau de ruptura com as ilusões democráticas. Não questionamos “por princípio” que as organizações revolucionárias se apresentem com seus candidatos. Mas a condição é que utilizem a campanha eleitoral para realizar uma propaganda revolucionária: tornando explícito o rechaço ao parlamentarismo, à conciliação de

guesia, a inviabilidade de suas instituições, colocando com toda clareza que devemos terminar com a dominação imperialista, começando por acabar com a propriedade das multinacionais e deixando de pagar a dívida externa.

Propagandear a estratégia da classe operária

Nós, revolucionários, devemos **fazer propaganda da ditadura do proletariado**, o regime que permitirá pela primeira vez a **democracia para as amplas maiorias**. Precisamos explicar mil vezes que esta democracia que vivemos é uma forma de a ditadura do capital, que o poder continua nas mesmas mãos, cada vez menos mãos, que nos vão enforcando um pouco mais a cada dia.

Nós, revolucionários, devemos **fazer propaganda da necessidade de terminar com a propriedade capitalista dos meios de produção**, (se a produção é cada vez mais social, a propriedade também deve ser), não há possibilidade de começar a construir uma nova sociedade sem terminar com a propriedade privada dos meios de produção.

A libertação da Nação não pode ser separada da luta pela libertação social. A classe operária em sua luta por romper todas as cadeias que a prende ajudará a todas as classes oprimidas a libertarem-se de seus opressores.

A estratégia da classe é a ditadura do proletariado, o governo operário e camponês, que só pode ser produto da revolução social. Esta será a primeira etapa de a luta por **instaurar a sociedade sem classes, o comunismo, terminando para sempre com a exploração do homem pelo homem**, começando a verdadeira história da humanidade. Quando falamos do poder temos de nos referir a estas bandeiras estratégicas.

Rechazamos que se deva recorrer a uma etapa democrática na Argentina. Não existe nenhuma possibilidade de desenvolvimento capitalista e de que se possa ter uma democracia parlamentar como a que existiu nos países desenvolvidos. Pretender uma alternativa desta natureza é alheio ao programa da classe operária.

Para que a classe operária possa materializar esta política é imprescindível **construir o partido revolucionário**, resolvendo de uma vez a crise de direção revolucionária.

classes, assinalando que o caminho para a transformação da sociedade é o da revolução social, da destruição do Estado burguês etc. Cada organização fará sua propaganda em função de seu programa, de suas concepções ideológicas.

Que tipo de frente é necessário construir? A relação com a questão do poder

“...a esquerda, o socialismo e os lutadores devem se opor à tentativa de reorganização estatal e econômica capitalista, uma reorganização social e política sobre novas bases, ou seja anticapitalista e socialista. Quer dizer que devemos colocar a luta política em termos de poder. Isto significa que nosso propósito não deve se reduzir a campanha eleitoral, a uma via de acesso ao Parlamento, mas para desenvolver na campanha eleitoral uma alternativa de poder, ou seja, uma saída de conjunto.” (afirma Altamira na declaração).

Esta afirmação aparentemente correta é desmentida mais adiante quando reduz “a questão do poder” a luta pela Assembléia Constituinte, ou seja, uma alternativa burguesa.

Para os marxistas, falar do poder significa definir com precisão o regime político que substituirá a ditadura da burguesia, significa referirmos à ditadura do proletariado, ao governo operário e camponês, falar de poder se refere a destruição do Estado burguês, suas instituições, a expropriação dos meios de produção, referirmos ao caráter inevitavelmente violento dessa transformação. Não

devemos deixar que se prostituam expressões tão importantes que se referem ao poder. Não devemos deixar passar as ambigüidades ou os jogos de palavras que pretendem ocultar bandeiras claramente democratizantes, ou seja, burguesas.

É imprescindível resolver a construção da frente antiimperialista agora mesmo, na realidade há muito tempo deveríamos já ter dado esse passo para que os levantes populares pudessem se expressar politicamente em luta aberta pelo poder político. Uma frente que possa concentrar todas as reivindicações sociais, democráticas e nacionais das massas oprimidas. Essa frente deve ser dirigida politicamente pela classe operária, por seu programa, por sua estratégia. Os métodos para a conquista do poder são os métodos da luta de classes, os métodos da ação direta de massas. O poder nunca será alcançado pacificamente, por meios eleitorais ou constitucionais.

Esta frente materializará a aliança da classe operária com todas os setores oprimidos, mas sob sua estratégia, a única que pode levar a vitória a rebelião das massas, a única que pode conduzir a derrota do imperialismo.

A frente única antiimperialista deve aparecer como uma clara referência para o conjunto das massas que lutam, como seu dirigente, que se prepara para acabar com este regime.

O PO, ao contrário entende que as "organizações sociais ou de luta", "os militantes que trabalham pela emancipação social" "devem expressar o conteúdo social e político e as perspectivas de seus lugares de trabalho e de luta" em uma frente eleitoral.

O terreno eleitoral é um terreno da burguesia, dominado por ela, por seus partidos, por sua legalidade, não é o terreno para propagandizar nossas reivindicações econômicas, porque nesse terreno jamais terão resolução. Se os revolucionários intervêm nas eleições é para dizer com todas as letras que não é por meio de eleições ou parlamentos se resolvem nossas necessidades.

Este é o debate, esta é a campanha que devemos desenvolver, sobre como avançamos desde o ponto de vista programático na construção da Frente, como a estruturamos fisicamente em cada regional, em cada lugar do país.

Uma frente só de organizações de esquerda

A Frente Única Antiimperialista não pode ser limitada a organizações de esquerda, socialistas, operárias, porque, como dizemos, ela deve expressar a aliança da classe operária com outros setores, não entender assim seria sua negação, um erro pelo menos sectário.

Isto não quer dizer que a estratégia da frente, seu programa, não deva se estruturar sobre a base da estratégia da classe operária, esta é uma condição para que efetiva e conseqüentemente possa liderar a luta antiimperialista para a libertação da Nação e sua integração com os operários e camponeses de toda América Latina, lutando pelos os Estados Unidos Socialista da América Latina.

Esta reivindicação não é e nem pode ser arbitrária. É o produto da constatação de que Argentina é uma semicolônia do imperialismo, é um país oprimido, e a raiz de seu atraso pode ser entendida por essa condição. Não existe possibilidade de tirar a Argentina do atraso se não se a liberta da opressão imperialista. Isto define o caráter das tarefas democráticas e nacionais que devem ser resolvidas pela classe operária junto com a maioria oprimida.

Sobre o abstencionismo eleitoral e o pântano da esquerda

Altamira pede "uma mobilização política para a eleição interna dos candidatos" "Todos os partidos de esquerda estão atravessando uma situação de pântano político, mas mesmo assim procuram ser uma alternativa para as massas exploradas". Em nossa opinião o pântano político da

esquerda se deve à ausência de programa revolucionário, à sua adaptação ao democratismo, e isto não se resolve mediante uma campanha de eleição de candidatos.

Segue dizendo Altamira: "O abstencionismo eleitoral não chega a ser um fenômeno de características progressistas nem revolucionárias, o que explica que em diferentes momentos e situações pode ser e será aproveitado por caudilhos e até aventureiros políticos" "Este abstencionismo não só afeta a esquerda eleitoralmente, mas que o mesmo ocorre nas grandes mobilizações, onde se manifesta há tempos, uma tendência ao fechamento dos partidos."

"Rechaçar a participação eleitoral nestas condições não é uma posição revolucionária, mas sim liquidacionista, pois comporta uma adaptação ao pântano e a despolitização que estão passando transitoriamente as próprias massas."

"... é uma obrigação explorar a campanha eleitoral para travar uma luta política e mais ainda é uma obrigação politizar por meio da propaganda e da agitação, toda preocupação social"

"... nós, da maioria da esquerda, nos pronunciamos por expulsar o governo de Ibarra e substituí-lo por uma Assembléia Constituinte soberana. Esta é a plataforma que inicializa uma frente de esquerda e dos lutadores na Capital. Para o PO, esta reivindicação política tem um caráter transitório na luta por uma alternativa operária e socialista."

É certo que o abstencionismo por si próprio pode não chegar a ser um fenômeno de características progressistas, mas não é mais progressista o voto em correntes que se reclamam de esquerda que a única coisa que pretendem é pôr deputados no parlamento e não realizam nenhuma propaganda revolucionária. A ausência de conteúdo programático da esquerda, a ausência de estratégia proletária, não pode ser responsabilidade das massas e seu "abstencionismo". A intervenção eleitoral deve servir à politização, ajudando a massas a superar o parlamentarismo, o legalismo burguês. É isso o que deve propagandear.

A esquerda, ao contrário, insiste nas Assembléias Constituintes, fórmula democratizante que não consegue entusiasmar nenhum setor das massas porque a experiência constituinte já foi utilizada na Argentina em várias oportunidades. A organização constitucional da Nação e das províncias não é uma tarefa democrática pendente, não tem nenhum caráter transitório desde o ponto de vista da classe operária. Essa consigna é a coroação do rechaço a formular uma estratégia operária.

Nós, marxistas, entendemos que não há nenhuma etapa democrática a que se deve recorrer antes da revolução social, que toda questão democrática ou nacional será resolvida a partir do poder pela classe operária dando-lhe seu próprio caráter.

As condições objetivas estão presentes

Disse Altamira: "...estamos em um processo de agudização dos antagonismos capitalistas e da luta de classes, ... a miséria popular se acentua" "... a tentativa de reorganização econômica sobre as velhas bases sociais, que caracteriza a orientação do atual governo está condenada ao fracasso e está fracassando"

Estas afirmações nos parecem corretas, como parte de um diagnóstico que mostra que não há saída para a maioria na Argentina sob o atual regime de dominação.

Mas, a resposta a uma caracterização desta natureza não deve ser mais eleitoralismo, mas colocar a necessidade de resolver urgentemente a questão subjetiva, resolver a crise de direção que atravessa o movimento operário e popular.

A saída operária e socialista para a crise capitalista é através da revolução social, expropriando o imperialismo, acabando com as multinacionais, a pátria financeira e os latifundiários, desconhecendo a dívida externa. Estas tarefas não poderão ser resolvidas pela via pacífica votando-as em uma assembléia constituinte por mais deputados esquerdistas que possam ter.